

Espaço aberto

O que os candidatos não dizem

LUIZ CARLOS LISBOA

"Qual a utilidade de um livro", perguntava Alice num dos seus passeios pelo País das Maravilhas. "sem figuras e sem diálogos?" Qual a utilidade de um presidente da República conservado em suas pompas mas desprovido



de poderes, perguntamos nós no País das Crises, a cinco meses de uma eleição presidencial a que concorrem nada menos que dez candidatos? O choro do presidente José Sarney anteontem à noite na TV não foi o que se pode chamar de fita: ninguém melhor que ele sabe que a crise do Estado brasileiro e a ingovernabilidade garantida pela nova Constituição explicam perfeitamente o horror em que estamos metidos. Só que seu governo está chegando ao fim, e não há por que chorar sobre o leite derramado, mas um novo governo vai começar em março que vem, e ele vai enfrentar os mesmos problemas.

Os cerca de 70 milhões de cidadãos que devem votar no pleito de novembro próximo têm o direito mínimo de saber se estarão escolhendo nas urnas um presidente decorativo como um rei de monarquia parlamentarista, ou um governante de feição tradicional brasileira, capaz de tomar iniciativas e de responder por elas. A Carta nascida no sara-patel da Constituinte criou o que o presidente chamou com precisão sombria de "um Estado invejável", e é com esse corpo estranho que ele terá de lidar nos próximos nove meses, até entregar a faixa a um novo governante: é com esse outro que a Nação está agora preocupada, porque passado é passado e a confiança nos velhos políticos foi totalmente esaurida. Num país que tem em pequena conta o respeito pelos direitos dos seus cidadãos, porque o poder esteve quase sempre nas mãos de homens públicos profissionais muito sagazes, não admira que todo esse trabalho para escolher um novo presidente da República seja somente um grande happening para decidir quem reinará mas não governará. Os repetidos auto-elogios que o presidente fez na televisão foram chatíssimos e revelaram pouco mais que nossa pobre tradição política personalista — mas muito do que ele disse sobre a ingovernabilidade do País é pura verdade.



O Brasil é difícil de administrar porque cresceu depressa demais, sem qualquer previsão ou racionalidade, porque não conheceu até hoje a liberdade econômica de que desfrutam outras nações que estão explodindo de prosperidade, porque o folclore político deitou raízes e fez milhares de filhos, e mais recentemente porque o regime nele vigente tem os defeitos do parlamentarismo e do presidencialismo reunidos, sem as qualidades de um e de outro. Acrescente-se a isso que — e aqui o presidente vai discordar — o País teve, nos últimos anos, um governante que quis agradar a todos ao mesmo tempo, e não quis desagradar a ninguém em particular. Mas é essa Carta que aí está, e à qual consta que juramos todos fidelidade, que pode deitar a perder as últimas esperanças legítimas de uma Nação que quer acima de tudo mudar. A tradicional moderação nacional sofreu mudança visível nos últimos anos, transformando-se no que se poderia chamar de radicalismo democrático. Os resultados das mais recentes eleições realizadas no País revelam o cansaço aparentemente insuperável das grandes e indistintas massas da população brasileira em relação ao meio político e seus mitos.

Os dez candidatos à Presidência que sonham ardentemente chegar ao

Palácio do Planalto, nem parece que acompanharam os debates na Constituinte e viram depois o que resultou dos poderes presidenciais na nova Carta. Agem como agiam os candidatos pré-Constituinte de 88, quando o Chefe da Nação tinha poderes que ele mesmo hesitava em usar, tão portentosos podiam parecer. Os programas de governo que vamos ver desfilar nos debates pela TV nos próximos meses estarão mais próximos das novelas do que das questões político-administrativas, porque serão inezequíveis. A ficção política vai dominar a campanha, e os candidatos vão fazer de conta que não estão notando nada, assim como ça. Ainda assim, o eleito em dezembro (se houver segundo turno) estará de mãos atadas às costas, enquanto o Congresso vai vetar e propor mais ou menos o que sua eventual maioria quiser, ou o que for trocado por aquilo que no Executivo interessa ao Legislativo, para usar linguagem metafórica.

Será que ninguém percebe que o rei está nu?

A menos que o novo Congresso a ser

eleito no próximo ano (o presidente eleito terá de suportar o atual por apenas sete meses) mude outra vez as regras do jogo e devolva ao primeiro mandatário alguns dos poderes que antigamente ele possuía. O que é improvável, se o PMDB ainda tiver peso no futuro Congresso, por força da máquina que tem montada em todos os municípios brasileiros. O mais certo mesmo é que o País esteja assistindo a mais um show da lanterna mágica política, que encenou tantas ilusões nas últimas décadas, algumas delas com desfecho dramático e todas com enorme carga de desesperança. O que esperam os candidatos à Presidência que estão aí fazendo promessas (e eles mal começaram a fazê-las, segundo o calendário da Justiça Eleitoral), como se fossem dispor de todos os poderes que no regime presidencialista sempre estiveram ao alcance do Executivo? Será que apenas o presidente da República, que não é mais candidato à Presidência porque não pode, tem a coragem de dizer que o rei está nu? Está no ar a melhor pergunta a ser feita a todos os candidatos à Presidência, no Brasil: como o senhor pretende governar e cumprir suas promessas de campanha, despojado como está, pela Constituição, dos poderes de que outros presidentes dispuseram no passado?

Luiz Carlos Lisboa é escritor e jornalista.